

Exportações baianas caem 0,96% em fevereiro

Indústria enfrenta fase modesta devido a incertezas globais

No segundo mês de 2025, as exportações da Bahia somaram US\$ 753,5 milhões, representando uma queda de 0,96% em relação ao mesmo mês do ano anterior. As importações totalizaram US\$ 650,8 milhões, com uma redução de 0,81%. No bimestre, as exportações acumularam US\$ 1,58 bilhão, uma queda de 10,1%, enquanto as importações chegaram a US\$ 1,53 bilhão, com um aumento de 13,3%, comparado ao ano anterior.

Os dados revelam que a principal razão para o desempenho negativo das exportações baianas foi a queda de 7,5% nos preços dos produtos exportados, em comparação com fevereiro de 2023. No entanto, o volume embarcado aumentou 7%. A análise foi realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan), com base nas informações da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

No setor agropecuário, as exportações baianas subiram



Agência Brasil

Houve queda de 29% no volume de compras externas do estado em fevereiro

37,7% em fevereiro, impulsionadas pelos embarques da safra recorde de soja e pelo aumento das exportações de café. Por outro lado, a indústria de transformação e a indústria extrativa enfrentaram quedas de 16% e 36,8%, respectivamente. Esses resultados indicam que, em 2025, o crescimento das exportações agropecuárias será sustentado pelo aumento da safra, que deve crescer 6,7%, em-

bora com preços mais baixos. No entanto, a indústria deve ter um crescimento mais modesto, impactado pela política monetária restritiva e pela desaceleração da economia global, influenciada pelas incertezas econômicas geradas pelos impulsos conflitantes do governo Trump e pelas ameaças de guerra comercial.

As exportações brasileiras para a China, principal destino

dos produtos baianos, caíram 5,1% em fevereiro, em comparação com o ano passado. No entanto, as exportações totais para a Ásia cresceram 11%. As vendas para os EUA recuaram 15,5%, mas as exportações para a América do Norte aumentaram 10%, impulsionadas pela demanda do Canadá por ouro, pneumáticos e ferro-ligas. As vendas para a União Europeia também caíram 8,7%.

PB lidera empregos públicos femininos

A Paraíba é o Estado com maior equilíbrio de gênero no emprego público estadual, destacando-se pelo número de mulheres na administração pública estadual, de acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados do Centro de Liderança Pública (CLP).

Os dados utilizados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE).

O indicador "Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual" avalia os estados conforme a distância entre a participação feminina nos cargos da administração pública (exceto nas áreas de saúde e educação) e o cenário de equilíbrio, que corresponde à participação das mulheres na força de trabalho ampliada.

A escala de avaliação varia de -100 (pior cenário para as

mulheres) a 100 (pior situação para os homens), e a Paraíba conquistou a primeira posição com uma pontuação de -0,2. Esse resultado reflete o melhor equilíbrio de gênero entre todos os estados da federação, já que notas próximas de zero indicam paridade de gênero.

O governador João Azevêdo celebrou essa conquista em suas redes sociais, destacando o fato de que a Paraíba é o Estado com maior número de

mulheres em cargos públicos, um reconhecimento feito no Dia Internacional da Mulher.

"Esse primeiro lugar é uma grande vitória e nos enche de orgulho. Esse feito mostra o nosso compromisso com a construção de um estado mais justo e igualitário. Hoje, podemos afirmar com certeza que somos um governo feminino, o que tem sido essencial para o bom momento que vivemos", declarou Azevêdo.

CORREIO OPINIÃO

O Agro não é vilão – é a espinha dorsal da economia brasileira

Por Paulo Matos*

Nos últimos dias, mais uma vez, o agronegócio tem sido alvo de críticas injustas. O governo tenta responsabilizar os produtores pelos altos preços da carne e de outros alimentos, quando, na realidade, quem mais lucra nessa cadeia não é quem planta e cria, mas sim o varejo.

E mais: no mundo todo, a carne brasileira é a mais barata que existe. Mesmo com todos os desafios, o produtor rural do Brasil consegue entregar um produto acessível, competitivo e de qualidade. O mesmo acontece com vários outros produtos do agro, que, no Brasil, ainda são mais baratos do que em qualquer outro país. Isso só é possível porque o setor investe em tecnologia, eficiência e produtividade, apesar dos altos custos de produção.

O que muitos não sabem é que o pecuarista está vendendo seu boi a preços menores do que nos últimos anos, muitas vezes abaixo do custo de produção. Enquanto isso, o consumidor continua pagando caro no supermercado. Então, quem está ficando com essa diferença? Certamente não é o produtor, que lida com juros abusivos nos financiamentos, impostos elevados sobre

insumos e uma carga tributária cada vez mais pesada.

O governo anuncia desonerações sobre alguns produtos agrícolas, mas isso não resolve o problema real. Se queremos alimentos mais acessíveis, precisamos reduzir os impostos sobre quem produz, garantir crédito justo e diminuir os custos com insumos, energia e transporte. Não adianta apenas mexer no preço final enquanto a base da cadeia produtiva segue sufocada.

E o agro não é apenas comida na mesa. O agro é emprego, é inovação, é investimento. Cada trator vendido, cada caminhão comprado, cada trabalhador contratado no campo impulsiona a economia do Brasil. O agronegócio fortalece não só o setor rural, mas a indústria, o comércio e os serviços.

O que precisamos não é de mais ataques ou discursos políticos que distorcem a realidade. Precisamos de políticas que garantam um ambiente econômico justo para quem produz.

O agro não pode ser tratado como inimigo. Ele é a força que mantém esse país de pé.

*Presidente da Associação de Criadores de Nelore do Mato Grosso do Sul

A importância das Leis Municipais de Inovação

Por Renata Queiroz*

Vivemos em um mundo cada vez mais dinâmico, onde a inovação não é apenas um diferencial competitivo, mas uma necessidade para o desenvolvimento econômico e social. No Brasil, apesar dos avanços promovidos pelo Marco Legal da Inovação e pelo Marco Legal das Startups, a adoção de políticas locais específicas ainda é um desafio para muitos municípios. Por isso, criar uma legislação municipal voltada à inovação é um passo essencial para impulsionar o crescimento tecnológico e econômico das cidades.

Os instrumentos já previstos na legislação federal oferecem um arcabouço importante, mas a criação de uma lei municipal permite a implantação de iniciativas adaptadas às necessidades e particularidades locais. A partir dessa estrutura normativa, torna-se possível criar fundos municipais de inovação, estabelecer conselhos especializados e promover conferências que garantam a participação da sociedade na formulação de políticas de fomento ao setor.

Além disso, instrumentos como programas de incentivo acadêmico, incentivos tributários e modalidades especiais de licitação são estratégias eficazes para atrair startups e empresas inovadoras. Exemplos bem-sucedidos podem ser observados em diversas cidades brasileiras que já implementaram suas

próprias leis de inovação, fortalecendo ecossistemas locais e gerando empregos qualificados.

Outro ponto essencial é a criação de programas como desafios públicos, prêmios de inovação e vitrines tecnológicas, que estimulam a pesquisa e o desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas municipais. A implementação desses mecanismos fomenta a colaboração entre o setor público, a iniciativa privada e as universidades, fortalecendo a chamada "tríplice hélice" da inovação.

Não podemos ignorar o papel do poder público na construção de um ambiente favorável à inovação. Sem uma legislação municipal clara e bem estruturada, muitas oportunidades são perdidas. A criação de um Marco Legal Municipal para inovação é uma estratégia fundamental para transformar os territórios em polos de desenvolvimento sustentável e inteligente.

*Sócia no b/luz, Pós-Doutora e Doutora pela Faculdade de Direito da USP, Mestre e especialista pela UEL, além de possuir a certificação ECBC-B pela Maastricht University e CDPO/BR pela IAPP. Membro da ABRADep. De 2015 a 2023, foi servidora pública municipal na prefeitura de Londrina, onde também ocupou o cargo de Diretora de Ciência e Tecnologia